



Práticas Urbanas Emergentes: a Universidade e a Cidade

Bruno Cesar Eufhrasio de Mello: Faculdade de Arquitetura – UFRGS

Inês Martina Lersch: Faculdade de Arquitetura – UFRGS

João Farias Rovati: Faculdade de Arquitetura – UFRGS

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo: Gabriela Rosa Nodari

INTRODUÇÃO

O Projeto Práticas Urbanas Emergentes (PUE) foi criado como espaço de interlocução entre alunos e professores da UFRGS (os Participantes) e pessoas ou coletivos promotores de novas práticas urbanas (os Protagonistas). A proposta surgiu de duas inquietações

compartilhadas entre professores do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura: a primeira, acerca da incorporação de temas e problemas em pauta nas cidades, mas ainda ausentes das salas de aula; a segunda, da necessidade de experimentar práticas pedagógicas novas e transformadoras que problematizassem o alcance do ensino do Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional.

A proposta do PUE foi, ao mesmo tempo, seu objeto: iniciativas que buscam repensar e modificar o viver nas grandes cidades. Além disso, a construção desse projeto tomou por pressuposto a necessidade de (re)elaborar duas noções: (i) a de Extensão Universitária; (ii) a de práticas urbanas emergentes.

A noção de Extensão deste projeto foi a de que a Universidade Pública deve estabelecer vínculos mais estreitos com a sociedade, visando melhor compreender a realidade urbana onde a instituição está inserida. As PUEs representam novas formas de vivenciar o ambiente urbano, que emergem como experiências contra-hegemônicas, e que, de alguma maneira, expressam uma vontade coletiva de ressignificação do espaço público.

METODOLOGIA

O método de trabalho foi o da realização de Oficinas e Vivências, privilegiando a troca de experiências entre os Participantes do projeto e os Protagonistas das práticas visadas. Ao longo de 2018 foram realizados três vínculos – oficinas e vivências – com as seguintes temáticas: Agricultura Urbana; Luta por moradia; e População em situação de rua. Como a proposta pedagógica era de construção coletiva de todos os aspectos do projeto – desde a definição do conceito fundante da ação até os objetos de vinculação – as práticas que seriam visitadas foram definidas coletiva e democraticamente.

As Oficinas, realizadas em sala de aula, na Faculdade de Arquitetura, tiveram como objetivos: (i) fazer um primeiro reconhecimento da prática emergente focalizada; (ii) definir as atividades, o calendário, os grupos de trabalho e as formas de registro dessa prática; (iii) compartilhar impressões e refletir sobre as práticas emergentes e sobre a própria Extensão; (iv) produzir o registro sistemático da experiência.

As Vivências (saídas a campo), por sua vez, foram a oportunidade de interagir com pessoas, comunidades, coletivos, enfim, com os Protagonistas da prática focalizada. As Vivências foram realizadas no lugar onde tais práticas ocorriam. Foram os momentos em que os Participantes com elas interagiram diretamente. E, para cada vivência, era estabelecida a contrapartida que a Universidade ofereceria aos Protagonistas.

Com relação aos integrantes do projeto, foram estabelecidos dois objetivos específicos: (i) que os Participantes encontrassem oportunidades de vivenciar novas práticas urbanas e, com base nessa experiência, pudessem repensar suas próprias atitudes como estudantes e cidadãos; (ii) que os Protagonistas, ao debaterem suas práticas no intramuros universitário, encontrassem um momento de reflexão sobre suas próprias experiências e as situassem como possibilidade de enfrentarem, juntos, Universidade e Comunidade, os enormes desafios postos pelo meio urbano.

Por fim, o projeto pretendeu sempre oferecer aos estudantes envolvidos uma oportunidade de (trans)formação acadêmica, por modesta que fosse. Desse ponto de vista, esperava-se que o vínculo universidade-comunidade criado com o projeto os fizesse refletir sobre o seu próprio fazer arquitetônico-urbanístico (hoje tão restrito às pranchetas) e sobre o papel da Universidade Pública e da Extensão Universitária para a sociedade brasileira.

A seguir, estão brevemente descritas as PUE com as quais o projeto de extensão interagiu, suas vivências e oficinas.

Horta Alegre

A primeira vivência ocorreu no Sítio Horta Alegre, localizado no bairro Hípica (zona sul de Porto Alegre). Os Protagonistas desta experiência foram Mauro Weber, egresso da Escola de Administração da UFRGS, e Ana Livi, egressa

da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Após diplomados e com experiências profissionais em outros países, Mauro e Ana mudaram de atividade. Resolveram utilizar o pequeno sítio da família (2 hectares) para produzir alimentos sem uso de agrotóxico e realizar ações de educação ambiental. Criaram assim o Horta Alegre.

A proposta do sítio é de cooperação entre consumidores e produtores. Nela, os consumidores se associam ao sítio e recebem, semanalmente, cestas com produtos agroecológicos. Desta forma, o consumidor estabelece uma relação de proximidade com o produtor e pode acompanhar sua produção.

Contudo, o sítio está localizado num lugar cobido pelos promotores imobiliários da cidade. Há condomínios e “bairros planejados” sendo construídos nos arredores. O valor da terra, na região, tem subido vertiginosamente. Os filhos de antigos proprietários rurais estão desinteressados pelo tradicional labor familiar – preferem vender suas terras e morar noutro lugar. A iniciativa do Horta Alegre está na contramão desta tendência: preferiram ficar e tornar a terra produtiva.

No primeiro passeio pelo sítio durante a Vivência, Mauro apresentou-nos o sistema de produção agroflorestal. E como os Participantes tinham o compromisso de realizar uma ação concreta, útil ao sítio, um grupo de estudantes e professores plantou inhame e gengibre, enquanto outro grupo plantou árvores junto às hortaliças. Interrompemos brevemente esse labor para um almoço coletivo. À tarde, todos juntos trabalharam no manejo de canteiros, na colheita de frutas.

A Oficina, momento de retorno à Universidade, ocorreu dias depois. Em sala de aula, compartilhamos registros variados (fotos, desenhos, poemas) e debatemos a experiência. O diálogo se deu a partir de quatro eixos: 1. A questão da produção-consumo das mercadorias (a problematização sobre quem produz, como produz e o

quanto ganha com a produção); 2. A questão do preço da terra (a pressão da especulação imobiliária sobre a zona rural, a permissividade da legislação urbanística); 3. A questão da ecologia (a produção agroecológica, o respeito aos ciclos da natureza, a “coisificação” do homem e a natureza); dentre outros aspectos.



Figura 1 - Vivência Horta Alegre, 23 de julho de 2018.
Foto por Gabriela Rosa Nodari



Figura 2 - Vivência Horta Alegre, 23 de julho de 2018.
Foto por Gabriela Rosa Nodari

Vila Nazaré

A segunda vivência ocorreu na Vila Nazaré, localizada no bairro Sarandi (zona norte de Porto Alegre). A Vila está implantada em gleba de propriedade privada há aproximadamente 60 anos. A ocupação constituiu-se a partir do êxodo rural das décadas de 1960-70. Hoje, segundo dados imprecisos relatados por integrantes da associação de moradores, habitam o local aproximadamente 2.000 famílias – cerca de 5.000 pessoas.

As famílias correm o risco de remoção. Em 2017 o grupo alemão *Fraport AG Frankfurt Airport Services* venceu o leilão de concessão da administração do Aeroporto Salgado Filho. Entre as obrigações do contrato está a extensão da pista, e é justamente esse projeto que motiva a retirada da Vila Nazaré, situada no seu prolongamento. Além disso, a zona onde se situa a Vila Nazaré, ainda relativamente vazia, está se estruturando do ponto de vista viário e imobiliário, dada sua vocação para grandes empresas de atacado, galpões de estocagem e pavilhões industriais. Assim, no percurso histórico de uma comunidade pobre que habita a região há mais de meio século se encontram agora poderosas multinacionais, forte especulação imobiliária, grandes obras de ampliação de avenidas e a extensão da pista do aeroporto, o que imporá a remoção das famílias para um loteamento a quilômetros de distância.

Num encontro preparatório à Vivência, duas lideranças comunitárias locais relataram que, como forma de apressar a saída das famílias, a prefeitura tem retirado dali os serviços públicos e de infraestrutura urbana. Não era oferecida qualquer perspectiva de regularização da área; a manutenção das vias foi interrompida; o lixo depositado nos lotes localizados ao fundo da Vila não era mais recolhido; o posto de saúde foi fechado; a escola não funciona mais; não se realizam mais quaisquer obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário ou iluminação pública. Retiram-se justamente das famílias mais

pobres os serviços públicos essenciais.

Como a proposta do projeto de Extensão era realizar uma ação útil à comunidade, sugerimos a organização de um mutirão de construção. Contudo, no diálogo realizado com o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), que apoia a comunidade em sua resistência, foi-nos relatado que o grande desafio do momento era apoiar a associação de moradores no vislumbre de soluções alternativas às apresentadas pelo poder público como solução inexorável. Por isso, estudamos possibilidades de reassentamento na área, exemplos alternativos de urbanização e moradia popular.

A Vivência realizada na Vila foi uma visita de reconhecimento, guiada por integrantes da comunidade. Visitamos os diversos trechos da vila, desde o trecho junto à Avenida Sertório até os fundos, junto à área de banhados da várzea do rio Gravataí. Ao fundo deste último trecho encontramos o cenário que mais nos impressionou: uma imensa cordilheira de lixo, que separava casas e galpões de triagem de uma extensa área de vegetação e banhados. Além da questão de moradia, estava posta ali uma importante questão ambiental.

A Oficina (momento de retorno à Universidade) ocorreu dias depois. Não recebemos imediatamente os integrantes da Associação de Moradores da Vila Nazaré e do MTST. Antes, foi necessário reunir dados, dialogar com colegas do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS e produzir algum material para debate. Entre a Vivência na Vila e a Oficina na UFRGS os Participantes compartilharam registros variados (fotos, desenhos, poemas). E, na oficina, foram debatidos temas como: 1. O exercício do direito de propriedade fundiária frente à definição constitucional do cumprimento de sua função social; 2. O direito das comunidades pobres aos serviços públicos e à infraestrutura urbana; 3. A dinâmica dos processos de remoção e resistência popular de áreas ocupadas; 4. Os impactos ambientais da

ocupação da várzea do rio Gravataí; 5. A disputa pelo solo urbano em áreas de acentuada valorização fundiária.



Figura 3 - Vivência Vila Nazaré, 01 setembro 2018.
Foto por Andressa Mueller

Figura 4 - Vivência Vila Nazaré, 01 setembro 2018.
Foto por Bruno C. E. de Mello



Prato Feito das Ruas

A terceira vivência ocorreu no baixo do viaduto Imperatriz Leopoldina (o “Brooklin” ou viaduto da João Pessoa), localizado no Centro Histórico em Porto Alegre. Sob este viaduto há um amplo espaço aberto. O lugar já serviu de abrigo para moradores em situação de rua. Nos últimos anos, tem sido ocupado por diferentes atividades.

A definição dessa Vivência – interação com a ação solidária Prato Feito das Ruas – teve dupla origem: a primeira, do interesse em conhecer uma experiência que ocorre todos os sábados ao lado da Faculdade de Arquitetura, a oferta de refeições gratuitas aos moradores em situação de rua, organizada por um casal de filantropos e dezenas de voluntários; a segunda, o fato do Trabalho de Conclusão de Curso de um dos estudantes Participantes do PUE ser um projeto para essa área.

Após contato com os organizadores, ficou estabelecido que cada participante do projeto contribuiria com alimentos cozidos (dois quilos de massa ou arroz), salada e alguma sobremesa.

Todos contribuíram para a logística do evento – instalação da “cozinha”, distribuição de mesas de trabalho, organização de espaços específicos para crianças e idosos, organização das filas, montagem e distribuição dos pratos feitos, desmontagem da infraestrutura instalada e a limpeza da área.

No dia da Vivência foram servidas cerca de 1.200 refeições. Mas descobrimos que, ao contrário do que pensávamos, para ali convergem não apenas moradores em situação de rua – encontramos também, por exemplo, muitos aposentados, assalariados, além de pequenos vendedores que, nos finais de semana, atendem ao grande público que frequenta o Parque da Redenção.

Por que as refeições são servidas sob aquele viaduto? Segundo seus organizadores, porque o lugar é bem localizado, protegido da chuva, e há muitas vagas de estacionamento nas proximidades, o que facilita o transporte dos alimentos, que chegam prontos e são ali apenas aquecidos e acondicionados. Além disso, os jardins arborizados e os bancos próximos oferecem um ambiente agradável e um suporte mínimo aos que recebem a refeição.

Para quase todos os Participantes foi uma experiência impactante, pois colocou-nos em contato com a brutal desigualdade social que marca o Brasil, a miséria, a fome. Mas houve alguma frustração. Os Participantes integraram uma engrenagem bem organizada – ajudaram, contribuíram, observaram; mas pouco interagiram com a imensa população que todo sábado procura o lugar.

O debate sobre os limites e desafios desta ação ocorreu na Oficina de retorno à Universidade. Neste momento, o egresso da Faculdade de Arquitetura, Jean Fortes, apresentou seu Trabalho de Conclusão de Curso que propunha um desenho para o baixio do viaduto Dona Leopoldina que contemplasse de maneira qualificada todas as atividades que ali ocorrem. Debateu-se

ainda: 1. As iniciativas de resignificação de espaços marginais da cidade por grupos auto-organizados e que não encontram amparo no poder público; 2. A pobreza urbana e os problemas enfrentados pela população em situação de rua nas capitais brasileiras; 3. A necessidade de a universidade incorporar temas sociais como, por exemplo, a população em situação de rua, os refugiados, as ocupações, vilas e favelas.



Figura 5 - Vivência PF das Ruas, 17 novembro 2018.
Foto por Bruno C. E. de Mello



Figura 6 - Vivência PF das Ruas, 17 novembro 2018.
Foto por Inês Martina Lersch

A universidade e a cidade

Na relação entre universidade e cidade, que papel as instituições de ensino e pesquisa, seus professores e estudantes devem adotar? E no futuro, que papel os egressos devem adotar quando se relacionam com as classes populares? Estas foram perguntas que frequentemente

emergiam das oficinas e vivências do projeto de Extensão. E elas foram sendo respondida ao longo de seu período de execução do projeto a partir de três metáforas tomadas de autores do campo do urbanismo/planejamento urbano: a do *defensor* (DAVIDOFF, 1965), do *mediador* (SANTOS, 1988) e do *consultor* (SOUZA; RODRIGUES, 2004). Estes autores têm em comum o fato de admitir o protagonismo popular, sem desconhecer que o saber técnico (ou, no nosso caso, universitário) deve ser apenas uma das vozes presentes na polifonia urbana.

A primeira das metáforas, a do *defensor*, foi tomada da proposta de Paul Davidoff (1965) de um *planejamento advocatício*. Ao debater o planejamento urbano, este autor rejeita a posição do planejador como especialista imparcial ou neutro. Os valores, segundo Davidoff, são inevitáveis – e devem ser explicitados; os interesses dos agentes que atuam na cidade são diversos e conflitantes. Logo, as controvérsias são parte do processo. Assim, o planejador deveria abandonar o papel de técnico “isento” e posicionar-se claramente como defensor da causa que julga adequada dentre outras colocadas em disputa, que envolvem interesses e visões diversas – do governo, movimentos sociais, sindicatos, grupos empresariais. Por isso, a “forma correta de ação é sempre uma questão de escolha, nunca de fato. Em uma era burocrática, deve-se tomar grande cuidado para que as escolhas permaneçam visíveis ao público e permita sua participação” (DAVIDOFF, 1965, p. 332).

Segundo esta definição, o técnico planejador “defensor” agiria como o advogado que se manifesta em favor da causa de seu “cliente”. A partir das demandas do grupo social que representa, bem como dos estudos e das informações que detém, ele constrói seus argumentos, apresenta suas evidências, faz deduções a partir de indícios, sempre procurando convencer os administradores e gestores públicos, através da persuasão de seu raciocínio, da pertinência da sua causa.

Neste caso, obviamente, não haveria espaço para uma visão unitária. Não há um grupo (seja ele o governo, o dos burocratas ou dos consultores) que produza um plano “único”, produto de “necessidades sociais medianas”. O que deve haver, na visão de Davidoff, são propostas alternativas. O poder público perderia assim o monopólio da proposição dos destinos da cidade. Seus planos deveriam ser colocados em franco diálogo com a sociedade. Afinal de contas, como afirma Davidoff, “em um sistema democrático, a oposição a um órgão público deve ser tão normal e apropriada como o apoio” (DAVIDOFF, 1965, p. 332).

Há, entre tantas, uma dimensão no que aponta Davidoff que, a nosso ver, merece ser ressaltada, porque permanece: sua compreensão do *especialista* como *defensor* de uma causa social.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1988) corrobora a ideia de planejador que toma partido. Dentro de sua analogia, que usa o jogo de cartas para compreender a cidade, o técnico deve ser aquele que “segue a partida com interesse, procura esclarecer dúvidas e pontos obscuros e funciona como mediador, aconselhando a atualização de estatutos e modos de agir, à medida que verifique sua superação” (SANTOS, 1988, p.55). Ele não é “o que sabe como deve ser feito”, mas aquele que auxilia o desenrolar de um “jogo” que sempre implica em disputa. Ele é o *mediador* que subsidia as escolhas da população; e que, assim, também participa dos conflitos, pois deixa de ser um ente presumidamente neutro. O quadro técnico-especializado faria o contraponto, por exemplo, às pressões especulativas ou empresariais que requerem dos administradores públicos respostas imediatas para o atendimento de suas demandas. A proposta de Santos implica na construção de um ambiente propício ao debate fundamentado sobre a cidade, onde se dê especial atenção às demandas populares e à decisão democrática.

Mais recentemente, Marcelo Lopes de Souza e Glauco Rodrigues (2004) atualizaram a questão

colocando-a em termos bastante similares a Santos. Para eles, “do ponto de vista intelectual, o planejamento não é algo que deva ser visto como vinculado a apenas uma profissão, muito menos do ponto de vista político” (SOUZA; RODRIGUES, 2004, p. 34). A compreensão destes autores é de que os especialistas que trabalham com planejamento urbano devem atuar como *consultores* populares, assessorando a sociedade civil organizada. O conhecimento deve contribuir para definição dos meios adequados à concretização dos fins politicamente definidos. O saber técnico-especializado não substitui a experiência, os sentimentos e as vontades dos cidadãos. Pelo contrário, o especialista deve trabalhar com eles cooperativamente. A tomada de decisões relativas às perspectivas de futuro da cidade não é coisa exclusivamente para técnicos. É responsabilidade de todos. E o protagonismo deve estar nas mãos dos cidadãos.

Considerações Finais

Mas, em que medida estes papéis – defensor, mediador, consultor – podem ser incorporados ao cotidiano da vida universitária? Em que espaços? Acreditamos que a extensão tem aí um importante potencial transformador, não apenas pedagógico, mas também como oportunidade para repensar o cotidiano universitário, sempre segundo uma abordagem interdisciplinar e democrática.

As Vivências realizadas geraram vínculos que não se desfizeram com a conclusão da atividade. Os laços de solidariedade construídos durante o projeto de Extensão fizeram com que Particpantes e Protagonistas projetassem ações futuras. E assim, a comunidade acadêmica passou a

sentir-se, em certa medida, defensora da causa das Práticas Urbanas Emergentes com as quais interagiu, engajando-se em suas demandas. Mas também fomos postos frente a um grande desafio: o de se manifestar em nome do conhecimento. Neste momento, passamos à condição de consultores e mediadores.

Estes papéis – defensor, mediador, consultor – se mesclaram a todo o momento. São papéis que devem ser reconhecidos por sua importância, mas também por seu modesto alcance. Isto não é nenhuma novidade, mas, a nosso ver, é um aspecto que precisa ser compreendido. Há muitos limites para a atuação da universidade através da extensão. De outra parte, nem a extensão nem a universidade podem substituir o Estado em seu papel de provedor dos serviços públicos e de infraestrutura urbana – aspecto que, para muitos sujeitos dos projetos de extensão, por vezes é fonte de enormes frustrações.

Se reconhecemos que o conhecimento técnico-científico não é neutro, nem por isso é irrelevante. Precisamos compreender melhor a relação entre as causas sociais e as “do conhecimento”, para que a universidade defina com mais clareza seus compromissos com a sociedade e os realize de maneira mais efetiva.

Mas finalmente, houve um papel assumido pela Universidade que talvez tenha se destacado: a de lugar de *escuta*. E ao promover uma ação de *escuta* àqueles que não são ouvidos porque “não pertencem” à cidade nem à cidadania, a Universidade talvez tenha dado sua contribuição mais relevante à causa dos Protagonistas das Práticas Urbanas Emergentes: acolhê-los de forma digna e humana, como cidadãos. ◀

REFERÊNCIAS

- DAVIDOFF, Paul. **Advocacy and Pluralism in Planning**. Journal of the American Institute of Planners, v. 31, n. 4, 1965. p. 331-338.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismo sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.